

O Quilombo da Tia Eva na web: ensino de História e educação antirracista

Tia Eva's Quilombo on the Web: Teaching History and Anti-racist Education

Manuela Areias Costa*
Jorge Ribeiro Diacópulos**

RESUMO

Este texto propõe refletir sobre educação antirracista, ensino de história e as possibilidades que as tecnologias digitais proporcionam nesses campos. Com o intuito de contribuir para o aprofundamento dessas reflexões por meio de experiências de pesquisa com a metodologia da história oral e o desenvolvimento de projetos de história pública, destacaremos um material didático que permite subsidiar estratégias de combate ao racismo. Para tanto, pretendemos discutir o *website* “Comunidade Quilombola Tia Eva”, dedicado ao ensino de História e com pretensão de oferecer visibilidade ao protagonismo negro e quilombola no estado de Mato Grosso do Sul, com enfoque na Comunidade Quilombola Tia Eva, localizada no município de Campo Grande.

Palavras-chave: Ensino de História; Tecnologias Digitais; Educação Antirracista.

ABSTRACT

This text proposes to reflect on anti-racist education, teaching history and the possibilities that digital technologies provide in these fields. With the objective of contributing to the deepening of these reflections from our research experience with the methodology of oral history and the development of public history projects, we will highlight a didactic material that allows subsidizing strategies to combat racism. To this end, we intend to discuss the website “Comunidade Quilombola Tia Eva”, dedicated to the teaching of History and with the intention of offering visibility to black and quilombola protagonism in the state of Mato Grosso do Sul, focusing on the Quilombola Community Tia Eva, located in the municipality from Campo Grande.

Keywords: Teaching History; Digital Technologies; Anti-racist Education.

* Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS/Profhistória), Campo Grande, MS, Brasil. manuelaareiasc@gmail.com <<https://orcid.org/0000-0002-0898-7757>>

** Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS); Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande (SEMED), Campo Grande, MS, Brasil. jorgediapulos@gmail.com <<https://orcid.org/0000-0002-2474-0551>>

O mundo virtual tornou-se parte do cotidiano escolar e incorporar as ferramentas digitais à prática docente tem sido um grande desafio para a educação brasileira nestas primeiras décadas do século XXI, sobretudo em relação ao uso da internet no processo de ensino e aprendizagem de diferentes disciplinas. As Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) desempenham um papel fundamental na prática de ensino, sendo ferramentas para novas estratégias de aprendizagem, capazes de contribuir de forma significativa para o processo de construção do conhecimento nas diversas áreas. Em relação ao ensino de História, debates sobre o emprego das tecnologias digitais, especialmente os usos da *web*, têm sido desenvolvidos em pesquisas publicadas há mais de uma década.¹ A incorporação das TDICs no ensino de História se insere em um processo dinâmico que oferece diversos recursos, linguagens e possibilidades de transposição didática no ensino e aprendizagem dessa disciplina.

Ao discutir caminhos possíveis para a recepção da História, Fernando Nicolazzi (2019, p. 219) argumenta que esta pode seguir os mais variados itinerários e deve assumir um viés pluridisciplinar, democrático e capaz de realizar um papel ativo no sentido de criar uma consciência histórica sobre o objeto pesquisado. Seriam então as TDICs instrumentos de democratização do saber, alcançando um público variado, e de fácil acesso à História, oferecendo subsídios para a construção do conhecimento?

Considerando o contexto educacional atual e os diferentes itinerários de recepção da História, propomos discutir um material didático, o *website* “Comunidade Quilombola Tia Eva”,² desenvolvido para ser utilizado no ensino de História, atendendo uma dupla atuação. A primeira dimensão desse material consiste em promover o reconhecimento e valorização da cultura negra e quilombola, tendo os próprios integrantes da Comunidade Quilombola Tia Eva como protagonistas das suas narrativas e memórias. Enquanto a segunda dimensão é voltada ao ensino de História e à educação antirracista, uma vez que materiais ou instrumentos pedagógicos sobre a História e Cultura Afro-brasileira, no âmbito local e regional, são escassos na educação básica. O desenvolvimento desse instrumento, inserido nessas temáticas, pode promover um sentimento de pertencimento aos estudantes negros e quilombolas, contribuindo para o fortalecimento e afirmação identitária quilombola no estado. É

relevante pensar no protagonismo dos estudantes e na forma específica com que eles se apropriam das tecnologias digitais.

Portanto, o artigo visa contribuir para o aprofundamento dessa reflexão a partir da nossa experiência de pesquisa teórica e metodológica nos campos da História Oral e da História Pública. Entre os projetos desenvolvidos, destacamos a pesquisa intitulada “Inventário do Patrimônio Cultural Imaterial Quilombola de Mato Grosso do Sul”, institucionalizada na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), e a pesquisa “Comunidade Quilombola Tia Eva (Campo Grande/MS): Memória, ensino de História e Educação Antirracista”, desenvolvida no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), da UEMS, que resultou na criação do *website* “Comunidade Quilombola Tia Eva”. Ambos os projetos propuseram tornar visíveis as contribuições da população quilombola para o estado, colaborando ainda para a construção de novos instrumentos de combate ao racismo no ensino de História.

Não obstante às pesquisas realizadas em diferentes áreas de estudos e que se debruçaram sobre a Comunidade Quilombola Tia Eva, sobretudo após a promulgação da Lei nº 10.639/2003, nota-se a escassez de pesquisas no campo de História, fato que evidencia o silenciamento da historiografia sobre a trajetória e a memória da comunidade quilombola durante anos, visto que os trabalhos relacionados a essa temática são recentes em Mato Grosso do Sul e, por conseguinte, nota-se a ausência de materiais pedagógicos voltados para o ensino dessa área na educação básica.³ Diante dessas constatações, após levantamento de pesquisas dedicadas ao tema, questionamos: Como as memórias e a história da Comunidade Quilombola Tia Eva podem ser trabalhadas e valorizadas no ensino de História? Como ajudar os alunos a estudar a história da comunidade quilombola navegando na rede? A invisibilidade da comunidade no ensino de História local, somada à falta de materiais didáticos para o ensino dessa temática, foram motivações para a escolha da Comunidade Quilombola Tia Eva como foco de pesquisa e para o desenvolvimento de um material didático que pudesse alcançar o professor de História e o estudante da educação básica primordialmente, mas também o público em geral, de modo a contribuir para o reconhecimento e a valorização do protagonismo da Comunidade Quilombola Tia Eva no ensino de História, destacando sua relevância histórica e cultural na genealogia do município de Campo Grande. Para tanto,

foram realizadas entrevistas em trabalho de campo, enfatizando as memórias e as narrativas de seus moradores, que resultaram na criação de um *website*, que visa contribuir para o ensino de História.

O advento da pandemia do Sars-CoV-2 apresentou, ao mesmo tempo, dificuldades e possibilidades que poderiam ser aproveitadas na pesquisa. O contexto pandêmico interrompeu as aulas presenciais nas universidades e nas escolas públicas e privadas de Mato Grosso do Sul a partir de março de 2020. O trabalho do docente tornou-se mais desafiador, sendo necessária a incorporação de novas práticas de ensino e, nesse contexto, uma dificuldade se escancarou para docentes e estabelecimentos educacionais: como realizar a operação de ensino à distância? As primeiras semanas após a suspensão das aulas presenciais revelaram incertezas e total desarticulação de políticas públicas que direcionassem a essa nova realidade.

Os esforços para minimizar os impactos causados pela interrupção das aulas presenciais partiram de iniciativas de docentes, estabelecimentos de ensino e comunidade escolar, em um emaranhado de modelos que variavam conforme a realidade de cada instituição, de cada corpo discente e de cada professor. A partir desse contexto as TDICs assumiram um papel fundamental no ensino de História, auxiliando na continuidade das atividades escolares e acadêmicas durante o período de suspensão de aulas presenciais. Ainda que o acesso e domínio das TDICs não sejam igualitários e democráticos para professores e alunos no interior da educação básica, essas ferramentas se tornaram em maior ou menor grau, essenciais para a realização das aulas remotas, possibilitando novas estratégias nos processos educativos. Portanto, considerando o contexto as aulas remotas, que evidenciou uma cultura digital, as TDICs se apresentaram como um caminho a ser explorado no ensino de História. Sem dúvida, a pandemia provocada pelo Sars-CoV-2 potencializou o seu uso e a elaboração de materiais didáticos digitais.

Com um leque de possibilidades a serem consideradas, a pesquisa e o desenvolvimento do *website* que discutiremos neste texto, tiveram como foco a Comunidade Quilombola Tia Eva, a partir de sua formação, iniciada em 1905, período do pós-abolição da escravidão, até a morte da matriarca que dá o nome a comunidade, em 1926. Este recorte espacial e temporal é justificado pelo protagonismo exercido por Eva Maria de Jesus, durante sua migração

para Campo Grande, na formação da comunidade, na edificação de uma das mais antigas igrejas do município e na realização da festa de São Benedito.

A formação da Comunidade Quilombola Tia Eva está intrinsecamente ligada à trajetória da matriarca Eva Maria de Jesus. Nascida escrava, no interior de Goiás, obteve a alforria por volta dos 50 anos de idade. No final do século XIX, migrou para o sul de Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul), onde trabalhou como curandeira, cozinheira, lavadeira, parteira e benzedeira. Com pecúlio próprio, adquiriu as terras onde hoje está localizada a comunidade quilombola. Devota de São Benedito, construiu uma igreja para o santo como pagamento de uma promessa e instituiu anualmente uma festa em homenagem ao padroeiro da comunidade, realizada todo mês de maio pelos seus descendentes. Segundo Carlos Alexandre B. Plínio dos Santos (2010, p. 164), foi uma ferida não cicatrizada que motivou tia Eva a fazer a promessa, construir a “igrejinha”⁴ e iniciar a tradição dos festejos e celebrações em torno de São Benedito, atualmente o patrimônio cultural da comunidade.⁵

Em relação à metodologia da pesquisa, as memórias e narrativas dos membros da comunidade foram os “fios condutores” para a construção do *website*. Como argumentaram Daniela Yabeta e Flávio Gomes (2013), as novas perspectivas da historiografia da escravidão e do pós-abolição oferecem novos procedimentos metodológicos de pesquisa, que tomam a memória como fonte de estudo das comunidades quilombolas no tempo presente. Dessa forma, a memória coletiva teve um papel fundamental na investigação da trajetória de tia Eva e a fecunda comunidade que se desenvolveu em seu entorno.

Após a autorização para a realização da pesquisa de campo, assim como a permissão para o registro do domínio do *website* por parte da Associação Beneficente dos Descendentes de Eva Maria de Jesus, iniciou-se os primeiros contatos para a realização de entrevistas. As entrevistas, realizadas entre os meses de janeiro e fevereiro de 2021, seguiram o roteiro proposto nas fichas de inventário do *Manual de Aplicação de Educação Patrimonial para o Programa Mais Educação* (IPHAN, 2013). A seleção dos entrevistados obedeceu a três critérios metodológicos. O primeiro era o maior grau de parentesco com tia Eva, no qual se encaixaram os bisnetos Seu Michel, Seu Otávio Gomes de Araújo (*in memoriam*) e Dona Adair Jerônima e a tataraneta, Dona Neuza Jerônima. O segundo critério foi a liderança política no interior da comunidade, exercida na figura do presidente da associação, o senhor Ronaldo Jeferson,

enquanto o terceiro método foi entrevistar alguém da comunidade que se relacionasse com a educação, como a Dona Vânia Lúcia, graduada em História e coordenadora pedagógica da Escola Estadual Antônio Delfino Pereira, localizada na comunidade. A realização das entrevistas teve como objetivo a coleta de memórias sobre o protagonismo e liderança de tia Eva para subsidiar a criação do *website*.

Quanto à organização do artigo, este está dividido em três partes, sendo que a primeira discutirá as novas agendas educacionais antirracistas, os impactos e desafios da implementação da lei 10.629/2003 no ensino de História e sua relação com o estudo da temática quilombola. A segunda descreverá a metodologia e as etapas do processo de construção do *website*, além da discussão em torno do uso das TDICs no ensino de História e a expansão da História Pública como instrumento de divulgação científica para o grande público. Por derradeiro, a terceira parte desse texto consistirá na apresentação dos conteúdos do *website*, para melhor compreensão das estruturas digitais que compõe a página sobre a Comunidade Quilombola Tia Eva, oferecendo aportes para o processo de ensino e aprendizagem dessa temática.

AS AGENDAS ANTIRRACISTAS E A TEMÁTICA QUILOMBOLA NO ENSINO DE HISTÓRIA

A pesquisa realizada vai ao encontro das demandas presentes na Lei nº 10.639, de 2003, e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, de 2004, que orientam o ensino de História a abranger a história e as manifestações culturais das associações que se identificam como organizações negras, como as comunidades remanescentes de quilombos, evidenciando parte da história local. Dessa forma, a pesquisa e seus desdobramentos se inserem no conjunto das várias iniciativas que têm sido realizadas no sentido de promover o ensino sobre essas temáticas, contribuindo para o combate ao racismo.

Segundo Júnia Pereira e Luciano Roza (2012, p. 91), “a incorporação das dinâmicas culturais do tempo presente ao universo escolar, em especial aquelas marcadas pela pauta da diversidade e da inclusão cultural – também uma agenda política – vem causando fortes impactos nas realidades escolares.” O

processo de construção de uma educação voltada à valorização, reconhecimento e respeito à diversidade étnico-racial é recente no Brasil. A educação e o ensino de História passaram por mudanças significativas a partir do final da ditadura civil-militar, ocorrida em 1985 e, em especial durante a década de 1990, período de fortalecimento dos movimentos sociais no país, como o Movimento Negro que, desde a década de 70, reivindicava políticas públicas e um ensino com respeito a diversidade cultural e histórica. Entre as transformações ocorridas, podemos citar a introdução das noções de pluralidade cultural e relações étnico-raciais, que foram estimuladas a partir de normatizações estabelecidas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), tais como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), de 1997. De acordo com Abreu e Mattos (2008), a partir da década de 1990 as determinações legais voltadas para o ensino tiveram como pressupostos a “vontade de democratização e correção das desigualdades históricas na sociedade brasileira” (ABREU; MATTOS, 2008, p. 6).

A trajetória de mudanças na historiografia e no ensino de História das relações étnico-raciais recebeu importante impulso no início do século XXI. Como argumentam as historiadoras Martha Abreu e Hebe Mattos, o eixo transversal da pluralidade cultural, explícito nos PCNs, abriu caminho para o desenvolvimento de “[...] políticas de reparação e de ação afirmativa em relação às populações afrodescendentes” (Ibid, p. 9). Resultados da articulação do Movimento Negro, que lutou pela democratização e correção das desigualdades históricas, a Lei 10.639 de 2003 e as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana”, de 2004, levaram para a escola a discussão da questão racial e combate ao racismo, “[...] tantas vezes silenciado ou desqualificado pelas avaliações de que o Brasil é uma democracia racial” (Ibid).

Enquanto a Lei nº 10.639/03 tornava obrigatório um determinado conteúdo no currículo de ensino, foram as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana” que estabeleceram as orientações visando a efetividade da lei. Entre as orientações destinadas aos professores, estabelecimentos de ensino e manuais didáticos, o documento recomenda “O ensino de História Afro-Brasileira abrangerá, entre outros conteúdos, iniciativas e organizações negras, incluindo a história dos quilombos, a começar pelo de Pal-

mares, e de remanescentes de quilombos [...]” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO 2004, p. 21).

A aproximação entre o ensino de História e as comunidades quilombolas responde as demandas estabelecidas na Lei nº 10.639/03 e nas “Diretrizes Étnico-Raciais” de 2004. Nesse sentido, a Comunidade Quilombola Tia Eva pode servir como canal para o ensino do protagonismo negro em Mato Grosso do Sul e na fundação de Campo Grande, nas manifestações culturais quilombolas, nas questões de gênero, que envolvem a comunidade fundada por uma mulher negra, liberta, liderança religiosa e política e mãe de três filhas – Eva Maria de Jesus, a tia Eva – entre outras temáticas.

Partindo da orientação estabelecida pelas “Diretrizes”, de que o ensino de História deve abranger “[...] remanescentes de quilombos, que têm contribuído para o desenvolvimento de comunidades, bairros, localidades, municípios, regiões” (Ibid), o currículo de História da educação básica tem contemplado conteúdos relacionados à temática dos quilombos. O novo organizador curricular das escolas públicas do estado de Mato Grosso do Sul, elaborado em 2020 e ainda em caráter provisório, traz a referida temática no currículo de História do segundo e terceiro anos do ensino médio. No segundo ano, o documento propõe a reflexão sobre as práticas e os saberes agroextrativistas e agropastoris relacionadas às comunidades quilombolas, articulando os componentes curriculares de História e Geografia em torno da questão fundiária no estado. Já no terceiro ano, o referencial curricular estabelece como conteúdo da grade os quilombolas no Brasil e em Mato Grosso do Sul, desde os tempos coloniais até os dias atuais. As escolas públicas de ensino fundamental, em sua maioria geridas pela prefeitura municipal de Campo Grande, igualmente se dedicam aos conteúdos relacionados à temática dos quilombos, propondo o entendimento sobre a distribuição espacial das comunidades quilombolas em Mato Grosso do Sul, assim como a reflexão sobre as condições atuais dessa população no estado, no oitavo ano do ensino fundamental.

A inserção da temática quilombola no ensino de História na educação básica indica sensibilidade das políticas públicas educacionais em abranger discussões relacionadas às questões étnico-raciais, em atendimento à Lei nº 10.639/03 e suas “Diretrizes”. Entretanto, o ensino dessas temáticas esbarra em diversos desafios, como a falta de materiais pedagógicos, principalmente quando se trata do ensino de História local. A efetivação do ensino sobre o

tema quilombola ocorre, muitas vezes, pela iniciativa e engajamento pessoal do professor, que precisa atuar como pesquisador e produtor do seu próprio material didático para lecionar os conteúdos previstos no currículo.

Apesar do currículo propor o trabalho com essa temática, nota-se a falta de material didático para ser trabalhado em sala de aula. Os livros didáticos adotados, na maioria das escolas, não contemplam as temáticas propostas no currículo do ensino de História. Além disso, observa-se uma ausência de formação continuada para professores, voltada a oferecer aportes teóricos e metodológicos. Muitos docentes da educação básica não tiveram formação em História da África e Cultura Afro-brasileira na época em que se graduaram, soma-se a isso o fato de muitos professores desconhecerem os quilombos em Mato Grosso do Sul ou a história da escravidão no estado, bem como as manifestações culturais negras.

Os quilombos não pertencem somente ao passado escravista. Tampouco se configuram como comunidades isoladas, no tempo e no espaço, sem qualquer participação em nossa estrutura social. Atualmente, o estado de Mato Grosso do Sul possui 22 comunidades remanescentes de quilombos certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP). Segundo Urquiza e Santos (2017), durante muito tempo persistiu um debate no estado de Mato Grosso do Sul em torno da definição ou não das comunidades negras do estado como remanescente de quilombos. No mesmo ano da certificação da Comunidade Quilombola Tia Eva pela FCP,⁶ o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHG/MS) apresentou um parecer considerando “[...] que não há documentos, nem ao menos indícios, que provem a existência, no atual Mato Grosso do Sul, de quilombos, mesmo que tardios. Manifestam-se, por unanimidade, no sentido de não reconhecer a presença de quaisquer núcleos quilombolas remanescentes em nosso Estado” (Ibid, p. 253). Para Plínio dos Santos (2010), o parecer acima gerou grande impacto nas comunidades negras rurais e urbanas em Mato Grosso do Sul. Este parecer alimentou o discurso contrário à causa quilombola pela luta por políticas públicas, a negligência e o esquecimento sobre as histórias dos descendentes de escravizados em Mato Grosso do Sul. Ainda de acordo com Plínio dos Santos (Ibid), o parecer quilombolas foi utilizado para legitimar o discurso de entidades ligadas ao agrogócio que são contrárias ao processo de regularização das terras tradicionais

das comunidades quilombolas, colaborando para o atraso nas certificações, delimitações e, principalmente, titulações.

As populações remanescentes quilombolas do estado e de diversas partes do país, reivindicam políticas públicas e o reconhecimento de seus territórios, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988 – que reconheceu direitos territoriais aos remanescentes das comunidades dos quilombos e abriu caminhos para o reconhecimento oficial de patrimônios imateriais relativos à herança de populações escravizadas, entre outras políticas de reparação (ver: ABREU; MATTOS, 2011). Além do direito à terra e de preservação de bens de natureza material e imaterial, essas populações lutam fundamentalmente por cidadania, justiça, respeito à diversidade, desenvolvimento autosustentável e projetos pedagógicos que dialoguem com suas histórias e culturas. As memórias e expressões culturais protagonizadas por quilombolas revelam uma memória da diáspora africana que deve ser valorizada, lembrada e divulgada nas escolas e universidades. As instituições de ensino podem ocupar um papel fundamental em propor ações que promovam a valorização da diversidade cultural, atuando ao encontro do dever da memória, em razão de apagamentos e esquecimentos a que foram submetidas as histórias e manifestações culturais negras, incluindo quilombolas do Brasil e do estado.

De acordo com os historiadores Flávio Gomes e Petrônio Domingues (2013), as ações educacionais e projetos pedagógicos devem dialogar com a memória, a história e as manifestações culturais das comunidades quilombolas, como uma das principais estratégias para viabilizar um ensino de História voltado para a diversidade e atuação antirracista. Em consonância, Júnia Pereira e Luciano Roza (2012) argumentam que as pressões postas no tempo presente, sobretudo através da atuação do Movimento Negro e das mudanças ocorridas no ensino no contexto da redemocratização, forcem uma reescrita da história com base na agenda antirracista. Para Pereira e Roza (Ibid), as mudanças provocadas no ensino de História operam na direção da positivação, na tentativa de superar estereótipos e preconceitos envolvidos na vitimização, folclorização, violência e sub-representação da história e cultura do negro no Brasil. “A positivação envolve, nesse contexto, tanto a afirmação do dever da memória convocado por populações e culturas sub-representadas ou silenciadas, quando o direito à história por meio de um ensino de história renovado” (Ibid, p. 105).

O foco no ensino de História das organizações negras pode contribuir para o reconhecimento de suas manifestações culturais e experiências. Abreu, Mattos e Grinberg (2019, p. 30-31), apontam que um caminho na direção da posituação dessas histórias podem ser os diálogos, as conversas e as visitas entre os estudantes e os membros das comunidades quilombolas. Essa aproximação proporciona o desmonte de imagens preconcebidas e criam laços de empatia e solidariedade, contribuindo para o combate ao racismo.

Pensando no dever da memória e direito à história, a pesquisa buscou promover ações para o ensino, a partir das memórias de Eva Maria de Jesus, matriarca da comunidade quilombola que leva o seu nome. Os resultados se desdobraram na elaboração de um *website*, material didático digital direcionado ao ensino de História, e que serviu como canal de aproximação, ainda que em ambiente virtual, entre os estudantes da educação básica e a comunidade. Esta ferramenta pedagógica pretende divulgar a “[...] história não contada dos negros brasileiros, tais como os remanescentes de quilombos, comunidades e territórios urbanos e rurais” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004, p. 21), que ainda carecem de visibilidade e políticas de reparação no ensino de História.

A CONSTRUÇÃO DO *WEBSITE* E O USO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS NA DIMENSÃO DA HISTÓRIA PÚBLICA

Para Bruno Leal Pastor de Carvalho (2016), o advento de novas tecnologias de comunicação e informação possibilitou que a produção e difusão do conhecimento histórico pudesse alcançar o grande público. A expansão desses recursos para a divulgação científica, além dos limites acadêmicos, configura a dimensão pública da História e do trabalho dos historiadores. Tal dimensão passou a ser definida como “História Pública” no final da década de 1960. Conforme argumentaram Juniele Rabêlo de Almeida e Marta Gouveia de Oliveira Rovai (2011), os ingleses foram pioneiros no desenvolvimento desse campo da História, no qual predominava o empenho em refletir sobre os usos do passado por meio de uma “história vista de baixo”; nos Estados Unidos, o termo “História Pública” se referia à atuação dos historiadores fora do meio acadêmico, como uma alternativa de trabalho em face ao desemprego que atingiu o país na década de 1970; no Canadá, na África do Sul e na Nova Ze-

lândia, este campo assumiu um viés interdisciplinar, estabelecendo diálogo com a História Oral, com a memória, com o patrimônio, entre outros; no Brasil, a História Pública vem se expandindo rapidamente, tendo seu principal foco na incorporação de tecnologias digitais de comunicação e informação na divulgação da pesquisa científica, ampliando audiências para fora do meio acadêmico. Almeida e Rovai (Ibid, p. 7), ressaltam que a História Pública possui a capacidade de democratização do saber, sem perder a seriedade, a fundamentação científica dos conteúdos e o poder de análise. Apresenta-se como uma possibilidade não apenas de divulgação da História, mas de construção de um conhecimento pluridisciplinar atento aos processos sociais.

Ainda que a História Pública possa ter assumido diferentes significados, em variados processos históricos, as recentes inovações tecnológicas da informação e comunicação têm aproximado esse campo ao grande público. Segundo Carvalho, a História Pública não está interessada apenas em divulgar o saber histórico por meio das novas tecnologias de informação e comunicação, mas sim possibilitar uma dimensão democrática, inclusiva e colaborativa, possibilitando o reconhecimento e a valorização do “[...] depoimento do indivíduo, suas experiências e memórias como constitutivas de uma história efetivamente social, dando visibilidade a camadas sociais que frequentemente eram apagadas das narrativas históricas” (Ibid, p. 43). Delineou-se assim, a partir dessas referências, a intenção dessa pesquisa em se apropriar das TDICs, com base na perspectiva da História Pública, para desenvolver uma ferramenta de alcance amplo à História.

O *website*, material didático desenvolvido na pesquisa, propôs divulgar conteúdos referentes à história de Eva Maria de Jesus, promover a visibilidade das memórias dos descendentes da matriarca, possibilitar a visita virtual aos espaços e bens culturais da comunidade, sugerir planos de aula que possam ser utilizados pelos professores de história na educação básica com base na temática, utilizar o recurso de jogos virtuais como instrumento avaliativo de saberes, divulgar outras pesquisas sobre a comunidade e viabilizar a comunicação entre usuários e a página. O *website* como instrumento pedagógico tem o potencial de alcançar não só o professor de História e o estudante da educação básica, mas os pais, a família, ou seja, o público em geral. O fecundo alcance propiciado pela internet pode ser um importante mecanismo para

promover a divulgação e a valorização da história e do patrimônio cultural da comunidade fundada por Eva Maria de Jesus.

Antes de iniciar a construção do *website* sobre a comunidade quilombola e o trabalho técnico que envolve a elaboração desse instrumento, se fez necessário apresentar o plano de trabalho desta pesquisa à comunidade, a fim de obter a autorização da diretoria da Associação Beneficente dos Descendentes de Eva Maria de Jesus para o registro e desenvolvimento dessa ferramenta. Após a autorização por parte da comunidade para que ocorresse o registro do domínio na *web*, teve início a parte técnica de desenvolvimento da página. O primeiro passo desse processo foi a pesquisa da disponibilidade do nome de domínio pensado para o *website*. A pesquisa se deu no Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), entidade responsável pelas atividades de registro e manutenção dos nomes de domínio⁷ que utilizam a extensão “.br” no país. De acordo com Luvizotto, Fusco e Scanavacca (2010), o endereço de um *website* expressa o seu propósito e a autoria, sendo esse o primeiro elemento fundamental do desenvolvimento da página. A partir dessa pesquisa inicial, foi constatada a disponibilidade para o registro do domínio “comunidadequilombolatiaeva.com.br”. O segundo passo, diante da disponibilidade do nome desejado, foi o cadastro na plataforma responsável pelo registro do domínio e o pagamento de sua anuidade na internet.

A manutenção do registro do domínio na *web* ocorre de forma anual, sendo que o primeiro pagamento desse registro, feito com recursos próprios, garantiu o direito à propriedade até o mês de dezembro de 2022. Porém, a necessidade de apoio financeiro para a manutenção do registro do domínio e da hospedagem da página na internet, assim como para os recursos necessários para o desenvolvimento das ferramentas tecnológicas alocadas no *website*, tais como o passeio virtual em 360° e o jogo virtual em formato de *quiz*, levaram à apresentação do projeto e estreitamento de diálogo com a Câmara Municipal de Campo Grande (CMCG). Com o apoio obtido por meio do poder público, foi possível viabilizar o desenvolvimento das tecnologias digitais, registrar o domínio do endereço na *web* e contratar uma empresa responsável pela hospedagem do banco de dados do *website*. Destes custos, são permanentes a manutenção do registro e hospedagem, sendo

necessário o pagamento anual⁸ para que a ferramenta esteja disponível na internet.

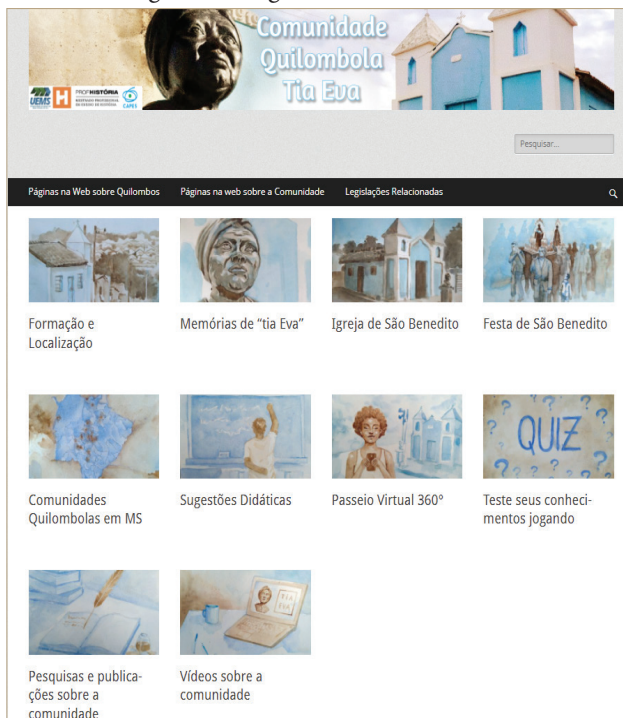
O simples registro do domínio do endereço do *website* não garante sua existência na internet. Após essas duas etapas iniciais, que foram a pesquisa de disponibilidade e registro do domínio, o terceiro passo consistiu em encontrar uma empresa de hospedagem de *sites* para abrigar o sistema com o banco de dados. Definida a empresa e contratado o plano de hospedagem, o domínio passa a ter sua reserva de hospedagem, mas para que possa encontrar o caminho até seus novos servidores, é necessário informar os endereços IPs⁹ disponibilizados pela empresa, alterando os campos DNS¹⁰ através do painel de controle da organização responsável pelas atividades de registro e manutenção dos nomes de domínios na internet. Cumprida essa etapa, em poucas horas, o endereço é propagado na rede para que possa ser acessado por meio da internet. Na prática, essa etapa significa “dar vida” ao *website*, ainda que sem uma identidade visual definida.

Com a propagação do domínio na internet, solicitou-se o certificado de criptografia¹¹ por meio do painel de controle da empresa de hospedagem, a fim de tornar mais segura e confiável a navegação dos usuários no *website*. Com o domínio hospedado, propagado e seguro, a página estava pronta para receber a identidade visual e toda a base de conteúdos e informações. A identidade visual da página seria definida pela escolha de uma empresa que oferecesse o recurso de forma gratuita na internet e tivesse os processos de construção do *website* de forma intuitiva, simples e objetiva.¹²

APRESENTAÇÃO DOS CONTEÚDOS DO WEBSITE

O *website* possui uma *interface*¹³ dividida em dez seções, compostas por imagens e títulos que funcionam como um *hiperlink*¹⁴, capaz de levar o usuário a um determinado conteúdo localizado na página. Os conteúdos de visitação estão organizados nas seguintes seções: 1) Formação e Localização; 2) Memórias de tia Eva; 3) Igreja de São Benedito; 4) Festa de São Benedito; 5) Comunidades Quilombolas em Mato Grosso do Sul; 6) Sugestões Didáticas; 7) Passeio Virtual em 360º; 8) Teste seus conhecimentos jogando – *Quiz*¹⁵ virtual; 9) Pesquisas e Publicações sobre a Comunidade; 10) Vídeos sobre a Comunidade.

Figura 1 – Página inicial do *Website*



Fonte: <https://www.comunidadequilombolatiaeva.com.br>.

A barra de menu do *website* apresenta três agrupamentos distintos. O primeiro agrupamento contém os *links* de acesso a páginas sobre quilombos na rede, sendo elas: 1) “Atlas Observatório Quilombola”. Nesta página é possível conhecer a origem do nome das comunidades, trajetória, localização, número de famílias, situação fundiária e condições socioeconômicas de quilombos espalhados pelo Brasil. Tudo isso com fotos, vídeos, acervo e depoimentos dos quilombolas; 2) “Geoquilombolas”, este *website* tem como proposta realizar o mapeamento da produção espacial das 22 comunidades quilombolas no estado de Mato Grosso do Sul, bem como oferecer visibilidade ao patrimônio histórico imaterial dessas comunidades; 3) “INCRA/Quilombola”, vinculada ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, que apresenta dados nacionais referentes aos territórios quilombolas, etapas de titulação de território e acompanhamento dos processos de regularização

fundiária; 4) “Mapas Quilombolas”, relacionada ao Ministério Público Federal, reunindo informações sobre as comunidades quilombolas de Mato Grosso do Sul; 5) “Fundação Cultural Palmares”, *website* da entidade pública que tem como missão a promoção e preservação da cultura negra e afro-brasileira no país; 6) “CONAQ”, página da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, que atua na defesa do uso coletivo do território, implantação de projetos de desenvolvimento sustentável e implementação de políticas públicas.

O segundo agrupamento de *links* da barra de menu apresenta páginas relacionadas à Comunidade Quilombola Tia Eva, que atuam em diversos campos no sentido de promover a visibilidade da comunidade na internet. No total são quatro *links* de páginas sobre essa temática, sendo elas: 1) “Blog da Associação dos Descendentes de Tia Eva”, página ligada à entidade, representando os descendentes de Eva Maria de Jesus. Este espaço está ligado à divulgação da história da comunidade, arquivos de trabalhos de pesquisa e contato com a associação; 2) “Página sobre Eva Maria de Jesus no Atlas Observatório Quilombola”. Esse *link* permite o acesso direto à história da matriarca e fundadora da comunidade; 3) “Igrejas mais antigas de Campo Grande/MS”, página que destaca a igreja de São Benedito em um *website* desenvolvido para divulgação de conteúdos ligados ao turismo, gastronomia e ecologia em Mato Grosso do Sul; 4) “Patrimônio Cultural Material – ‘igrejinha’”, que traz uma plataforma colaborativa sobre o Patrimônio Cultural Brasileiro, geolocalizando na internet os bens reconhecidos pelos órgãos competentes. O terceiro agrupamento da barra de *menu* contém quatro *links* com acesso a legislações relacionadas à temática da pesquisa e do *website*, sendo elas a Lei nº 10.639/2003, os Decretos nº 3.551/2000¹⁶ e 4.887/2003¹⁷ e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História da África e da Cultura Afro-brasileira e Africana.

As principais informações do *website*, oriundas do percurso da pesquisa, encontram-se nas dez seções da região central da página principal (ver figura 1). O *layout* desenvolvido para a identidade visual do *website* se baseou nas cores da igreja de São Benedito, destacando o azul e o branco como as cores predominantes da página.¹⁸ A primeira seção do *website* sobre a Comunidade Quilombola Tia Eva apresenta como imagem de capa a perspectiva da igreja de São Benedito, vista pela região sul, tendo ao fundo as casas dos bairros que

cercam a comunidade. O usuário que clicar no título ou na imagem da seção terá acesso ao conteúdo relacionado à geografia da área onde está inserida a comunidade, além de obter informações sobre a gênese da comunidade fundada por tia Eva. Para situar o leitor diante das informações da seção, esta página contém mapas e imagem de satélite da região, relacionando os campos da História e da Geografia.

A segunda seção do *website* apresenta como imagem ilustrativa da página o busto de tia Eva, localizado em frente à igreja de São Benedito. Esta seção foi desenvolvida a partir da experiência de pesquisa com a metodologia da História Oral e com o desenvolvimento de um conteúdo com base na História Pública. De acordo com Abreu, Mattos e Grinberg, uma das estratégias que o ensino de História pode desenvolver no combate ao racismo é o “[...] diálogo com a incorporação de interpretações sobre a escravidão e o pós-abolição que levem em conta o protagonismo da população negra” (2019, p. 18). Partindo dessa afirmativa, a seção 2 do *website* evidenciou fragmentos das entrevistas realizadas em trabalho de campo. Nelas, o protagonismo e a liderança de tia Eva foram ressaltados a partir das memórias dos descendentes entrevistados. As fontes foram dispostas em uma tabela, na qual o usuário pode visualizar do lado esquerdo a figura e o nome do autor da memória, além de seu grau de parentesco em relação à tia Eva. Do lado direito, os fragmentos de memória foram dispostos obedecendo certos pontos em comum identificados nas entrevistas, tais como o protagonismo, liderança religiosa, promessa e devoção a São Benedito.

Segundo Abreu, Mattos e Grinberg (Ibid., p. 30), os diálogos, conversas e visitas, ou seja, o contato entre os estudantes e os detentores de memórias e patrimônios culturais, que guardam saberes e protagonismos da população negra e quilombola, pode ser um importante instrumento de prática de uma educação antirracista. Tendo como base o projeto desenvolvido por Abreu, Mattos e Grinberg, intitulado *Passados Presentes*, no qual o diálogo entre os jongueiros e os estudantes criava empatias e desconstruía uma visão preconceituosa, a segunda seção do *website* procurou aproximar o usuário da página com a comunidade, por meio das memórias de tia Eva. Desta forma, a conexão entre a História Pública e o ensino de História possibilita novos sentidos para a história da escravidão e do pós-abolição.

A seção três do *website* apresenta a história da edificação religiosa erguida

para São Benedito, tendo como imagem ilustrativa a visão frontal da igreja e o busto da tia Eva. Esta página traz um breve histórico de São Benedito e sua conexão com os negros no Brasil, assim como o protagonismo em torno da construção da igreja. Além da questão histórica e patrimonial, esta seção aborda o projeto de restauração e requalificação do entorno da “igrejinha” que está em andamento. O usuário ao navegar por esta página terá a possibilidade de acessar o passeio virtual sobre a edificação religiosa.

A quarta seção do *website* apresenta o conteúdo referente à festa de São Benedito, com destaque para o histórico e as principais etapas da celebração. Para tanto, elaboramos um quadro descritivo da celebração, de modo que o usuário consiga relacionar cada etapa a uma determinada figura. Localizado na parte inferior desta página, o quadro apresenta dez etapas da celebração, sendo elas: missas de abertura e encerramento; novena/terços; bailes; torneio de futebol; hasteamento da bandeira de São Benedito; fogueira; procissão; almoço de encerramento.

A seção dedicada às comunidades quilombolas em Mato Grosso do Sul traz como imagem de capa, a representação do mapa do estado na cor azul e a localização das 22 comunidades quilombolas do estado na cor marrom. Esta página apresenta uma tabela com os nomes das comunidades e respectivas regiões onde estão inseridas, permitindo ao usuário identificar a quantidade de comunidades quilombolas do estado. O conteúdo desta seção foi contextualizado com o auxílio de dois mapas, sendo um sobre a localização das comunidades quilombolas e o outro sobre as ondas migratórias que deram origem a essas comunidades no estado.

A sexta seção do *website* tem como público-alvo os professores de história da educação básica. Nesta foram propostos dois planos de aula com base no material da página sobre a Comunidade Quilombola Tia Eva. Os planos foram elaborados a partir dos referenciais curriculares da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS) e da Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande (SEMED). O primeiro plano de aula aborda a história da comunidade quilombola e sugere o uso de jogos virtuais como estratégia de avaliação, enquanto o segundo plano de aula envolve o patrimônio cultural da comunidade, passeio virtual e educação patrimonial. Embora os planos apresentem uma metodologia, as sugestões didáticas são propostas flexíveis,

que podem ser alteradas de acordo com a realidade de cada escola, professor e corpo discente.

Como argumentaram Luvizotto, Fusco e Scanavacca (2010, p. 35), *websites* educacionais devem estabelecer um nível de interatividade entre usuários e a página. Seguindo essa perspectiva, os professores que aplicarem os planos de aula sugeridos na sexta seção poderão estabelecer comunicação com a administração do *website* por meio de correio eletrônico. Além da avaliação dos planos e *feedback* com a aplicação da proposta no ensino de História, a comunicação entre usuários e a página também poderá viabilizar a divulgação da execução dos planos de aula no próprio *website*, em nova seção a ser acrescida à página inicial.

A sétima seção do *website* é um espaço direcionado ao passeio virtual na igreja de São Benedito e no entorno da comunidade por meio da visualização de imagens usando a tecnologia em 360°. Esta página poderá ser acessada no computador, celular ou *tablet*. A tecnologia empregada possibilita ao usuário o deslocamento no local fotografado ao clicar nos círculos piscantes, permitindo a visualização de imagens no interior da “igrejinha”, assim como na casa do Seu Michel, bisneto de tia Eva, que mantém um acervo de reportagens, fotografias e pesquisas sobre a comunidade no interior de sua residência. Além dessas duas estruturas, o navegador poderá acessar o interior do Centro de Difusão da Cultura Afro-brasileira Tia Eva – local de festas, celebrações, palestras, reuniões, entre outros – o antigo espaço onde ocorria a festa de São Benedito e a rua principal da comunidade.

A seção de número oito do *website*, cujo título é “teste seus conhecimentos jogando”, traz um jogo virtual. Ao clicar no título ou na imagem de capa, o usuário terá acesso a uma nova aba de navegação, com acesso ao jogo virtual desenvolvido de acordo com as fontes e informações distribuídas ao longo das primeiras cinco seções do *website*. A utilização desse tipo de ferramenta, concebida como um jogo de tabuleiro em duas dimensões (2D), no qual o deslocamento no tabuleiro será permitido em caso de acerto de uma pergunta sobre a Comunidade Quilombola Tia Eva, é uma das principais dimensões práticas que deve compor um *website* educacional. O usuário que acessar o jogo irá visualizar uma breve descrição dos objetivos do jogo. Após avançar a primeira tela, o navegador irá se deparar com a tela de abertura do jogo. Sobre a constituição da arte da tela de abertura, visível na figura 2, optou-se por utilizar a

imagem do busto da tia Eva do lado direito e da igreja de São Benedito do lado esquerdo, ao fundo um cenário urbano, uma vez que a comunidade quilombola está inserida dentro de Campo Grande, e na região central, o título do jogo seguido dos botões de comando para iniciar ou se retirar da ferramenta.

Figura 2 – Tela de introdução ao jogo virtual da Comunidade Quilombola Tia Eva



Fonte: <https://www.comunidadequilombolatiaeva.com.br>.

A proposta do jogo virtual é avaliar os conhecimentos dos usuários acerca das informações contidas no *website*. O jogo tem o total de vinte questões, contendo quatro alternativas como respostas. As perguntas foram divididas em quatro categorias, sendo elas: protagonismo, memórias de tia Eva, patrimônio cultural material e imaterial e comunidades quilombolas de Mato Grosso do Sul.

O usuário, antes de responder a cada pergunta, clicará em uma roleta que indicará a quantidade de casas a ser avançada em caso de acerto. Este terá o tempo máximo de sessenta segundos para responder cada questão, clicando em uma das quatro alternativas. Ao término do temporizador ou após a escolha da resposta por parte do navegador, o jogo indicará com a cor verde a resposta correta. Dessa forma o jogo virtual desenrolará até o fim, que poderá ocorrer com o esgotamento de todas as perguntas ou se o usuário chegar ao final do tabuleiro. O jogo se encerra com uma tela que irá parabenizar a par-

ticipação do usuário no jogo e mostrar a pontuação obtida. O jogo, que pode ser acessado de forma livre pelo usuário do *website*, ou de forma direcionada pelo professor de História que for utilizar a página e o plano de aula 1 no ensino de História, tem uma dinâmica linear e rígida.

Na figura 3 é possível observar o tabuleiro no qual o jogo se desenrola, contendo o total de trinta casas para o deslocamento do jogador. No tabuleiro, o usuário se desloca com um *avatar* escolhido na etapa anterior à visualização desta imagem. Antes de responder a cada questão, este tem que clicar na roleta, que irá indicar a quantidade de casas que o jogador irá se deslocar em caso de acerto. A roleta foi pensada de modo que o usuário tenha maior probabilidade de deslocar uma casa. Dessa forma, o jogador terá que responder o maior número de questões disponíveis para chegar até o fim do trajeto.

Figura 3 – Tela do tabuleiro do jogo virtual



Fonte: <https://www.comunidadequilombolatiaeva.com.br>.

As duas últimas seções do *website* são voltadas para a divulgação de pesquisas e materiais audiovisuais sobre a comunidade. A seção nove, cujo título é “pesquisas e publicações sobre a comunidade” traz uma relação de pesquisas sobre a temática e o respectivo *link* para *download* de cada material. A ilustração de um *notebook* aberto com a imagem do busto de tia Eva, funciona como *hiperlink* que dará acesso à última seção do *website*. Nessa página serão disponibilizados, seja por meio da visualização direta na página ou encaminhamen-

to para outra página na *web*, reportagens, vídeos e documentários sobre a comunidade, com o objetivo de dar visibilidade ao material audiovisual produzido sobre Eva Maria de Jesus.

A parte inferior do *website* contém informações referentes à autoria da identidade visual da página, as pessoas e órgãos que apoiaram a construção e a manutenção do *website*, assim como um campo destinado aos comentários públicos, no qual os usuários da página poderão escrever elogios, sugestões e críticas e também a contagem do número de visitantes. Outra forma de interatividade dar-se-á por meio de correio eletrônico vinculado à página. O último componente desta região do *website* é o *widget*¹⁹ do *Google Maps*, que permite a visualização da comunidade em um mapa alocado na página.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo diante da relevância histórica e cultural das comunidades quilombolas em Mato Grosso do Sul, muitas pessoas não conhecem ou até mesmo negam a existência de quilombos no estado. Dessa forma, como é possível combater a invisibilidade e as tentativas de silenciamento que essas comunidades sofreram e ainda sofrem? Avaliamos que um dos possíveis caminhos para promover a recepção da História a um público amplo e variado, o reconhecimento e a visibilidade de suas trajetórias e manifestações culturais negras, é por meio do ensino de História, em conexão com as tecnologias digitais e a História Pública.

Pensando no papel fundamental que a escola e o ensino de História possuem na implementação da Lei nº 10.639/2003, que a pesquisa realizada concentrou seu foco na Comunidade Quilombola Tia Eva. Nesse sentido, intencionou-se romper com o silêncio em torno do protagonismo histórico de Eva Maria de Jesus na genealogia de Campo Grande, especialmente no ensino de História. Um dos caminhos encontrados para viabilizar o diálogo entre detentores de patrimônios culturais e estudantes, foi levar a comunidade até a escola por meio do uso de novas tecnologias de comunicação e informação. Partindo dessa perspectiva, desenvolvemos uma ferramenta digital. Com o objetivo de atingir um maior número de escolas, estudantes e professores possíveis, o tipo de material didático elaborado na pesquisa foi um *website*. Por meio desse recurso, as memórias e histórias relacionadas ao quilombo alcan-

çaram um variado grupo de pessoas, seja por dispositivos móveis, tais como celulares e *tablets*, ou dispositivos fixos, como computadores. Além disso, o *website* enquanto ferramenta pedagógica oferece uma variedade de recursos digitais voltados para o ensino, contribuindo para o combate ao racismo no campo educacional. Após apresentação do *website*, convidamos os leitores e leitoras a conhecer a Comunidade da Tia Eva na *Web*. Boa navegação!

REFERÊNCIAS

- ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Em torno das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”: uma conversa com historiadores. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol. 21, n. 41, janeiro-junho de 2008, p. 5-20.
- ABREU, Martha. Remanescentes das Comunidades dos Quilombos: memória do cativo, patrimônio cultural e direito à reparação. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho de 2011.
- ABREU, Martha; MATTOS, Hebe; GRINBERG, Keila. História pública, ensino de história e educação antirracista. *Revista História Hoje*, v. 8 n. 15 p. 17-38, 2019.
- ALMEIDA, Fábio Chang de. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. *Aedos*, UFRGS, n. 8, v. 3, jan./jun. 2011.
- ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; DE OLIVEIRA ROVAI, Marta Gouveia. Apresentação. In: *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- AREIAS COSTA, Manuela; SILVA, Luciano P. “Patrimônio Cultural, Festas e Lutas Políticas em Comunidades Quilombolas de Mato Grosso.” *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v. 12, n. 22, jan./jun. 2020.
- BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. História digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. *Estudos Históricos*, v. 33, n. 69, p. 196-219, jan./abr. 2020.
- CARVALHO, Bruno Leal Pastor. História Pública e Redes Sociais na Internet: elementos iniciais para um debate contemporâneo. *Transversos: Revista de História*. Rio de Janeiro, v. 7, set. 2016.
- DOMINGUES, Petrônio; GOMES, Flávio dos Santos. Histórias dos quilombos e memórias dos quilombolas no Brasil: revisitando um diálogo ausente na Lei 10.639/03. *Revista ABPN*, v. 5, n. 11, p. 5-28, 2013.
- GARCIA, Tânia Maria Figueiredo Braga; CHAVES, Edilson Aparecido; GARCIA,

- Carla Hamel. Jovens do ensino médio e tecnologias: uma experiência de produção colaborativa de materiais didáticos digitais. *Revista Latinoamericana de Tecnología Educativa*. Universidad de Extremadura, Espanha, v. 16, n. 2, 2017.
- GRINBERG, Keila; ALMEIDA, Anita. Detetives do passado no mundo do futuro: divulgação científica, ensino de História e internet. *Revista História Hoje*, v. 1, n. 1, p. 315-326, 2012.
- HAHN, Fábio; NASCIMENTO, Éder Dias do. A metodologia WebQuest no ensino de História: uma experiência com estudantes da educação básica. *Revista História Hoje*, v. 9, n. 18, p. 233-257, 2020.
- LUVIZOTTO, Caroline Kraus; FUSCO, Elvis; SCANAVACCA, Aline Cristina. Websites educacionais: considerações acerca da arquitetura da informação no processo de ensino-aprendizagem. *Educação em Revista*, Marília, v. 11, n. 2, p. 23-40, jul.-dez. 2010.
- MACHADO, Myleide Meneses Oliveira; MACIEL, Josemar de Campos. Territorialidade e Biografia: ao redor de Tia Eva. Fronteiras: *Revista de História*. Dourados, MS, v. 19, n. 33, p. 147-169, jan./jun. 2017.
- MATOS, Eliane de. *Comunidade São Benedito, Campo Grande/MS: patrimônio cultural, turismo e desenvolvimento local*. 90f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2004.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília/DF, SEPPPIR, 2004.
- MORAES, Vanda. *Tia Eva, negraeva – história da comunidade de São Benedito*. Campo Grande, MS: Diogo Gráfica e Editora, 2003.
- MORAIS, Carlos Tadeu Queiroz de; LIMA, José Valdeni de; FRANCO, Sérgio Roberto Kieling. *Conceitos sobre Internet e Web*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2012.
- NEVES, Eder Pereira. *Etnomatemática dos remanescentes da comunidade quilombola urbana Tia Eva*. 2011. 121. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Universidade Bandeirante de São Paulo, 2011.
- NICOLAZZI, Fernando. Os historiadores e seus públicos: regimes historiográficos, recepção da história e história pública. *Revista História Hoje*, v. 8, n. 15, p. 203-222, 2019.
- PEREIRA, Júnia Sales; ROZA, Luciano Magela. O ensino de história entre o dever de memória e o direito à história. *Revista História*, v. 1, n. 1, p. 89-110, 2012.
- PLÍNIO DOS SANTOS, Carlos Alexandre Barboza. Eva Maria de Jesus (tia Eva), *Anuário Antropológico I*, 2012, 155-181.
- PLÍNIO DOS SANTOS, Carlos Alexandre Barboza. *Fiéis descendentes: redes-irmanda-*

- des na pós-abolição entre as comunidades negras rurais sul-mato-grossenses*. 477f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.
- RIBEIRO, Priscila de Oliveira. *Retratos da Comunidade Tia Eva*. Campo Grande, MS: FCMS/FIC, 2014.
- SANTOS, Lourival dos. História oral de quilombos de Mato Grosso do Sul e a (re)invenção da tradição africana no cerrado brasileiro. In: André Gattaz; José Carlos Sebe Bom Meihy; Leandro Seawright (orgs.). *História oral: a democracia das vozes*, São Paulo (2019).
- URQUIZA, Antonio Hilario Aguilera; SANTOS, Lourival dos. Regularização fundiária de comunidades quilombolas em Mato Grosso do Sul/Brasil. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 7, n. 2, 2017.
- YABETA, Daniela; GOMES, Flávio. Memória, cidadania e direitos de comunidades remanescentes (em torno de um documento da história dos quilombolas da Marambaia). *Afro-Ásia*, n. 47, 2013, p. 79-117 UFBA.
- SZLACHTA, Arnaldo; RAMOS, Márcia Elisa Teté. Narrativas históricas na tecnosfera: a responsabilidade de ensinar História através da internet. In: FRONZA, Marcelo Fronza; RODRIGUES JUNIOR, Osvaldo (orgs.). *Ensino de História e Internet: aprendizagens conectadas*. São Paulo: Paruna Editora, 2021.

NOTAS

¹ No tocante ao desenvolvimento de pesquisas que se referem a fontes digitais voltadas para o ensino de História, destacamos os trabalhos de: ALMEIDA, 2011; BRASIL E NASCIMENTO, 2019; CARVALHO, 2016; GARCIA, CHAVES E GARCIA, 2017; GRINBERG E ALMEIDA, 2012; HAHN E NASCIMENTO, 2020.

² O referido *website* desenvolvido está hospedado no endereço: <https://www.comunidade-quilombolatiaeva.com.br>.

³ Entre as pesquisas que se dedicaram a estudar a Comunidade Quilombola Tia Eva, destacam-se os trabalhos de PLÍNIO DOS SANTOS (2010; 2016) no campo da Antropologia; MACHADO (2019) e SANTOS (2019), no campo da História; para a área da Educação, MORAES (2003); no campo do Desenvolvimento Local, MATOS (2004); na área do Jornalismo, OLIVEIRA (2014); na esfera da Educação Matemática, NEVES (2011).

⁴ Alguns entrevistados se referem à igreja de São Benedito como “igrejinha”, tombada pelo decreto municipal nº 3523, de 15 de junho de 1996. Dois anos depois, o Estado de Mato Grosso do Sul realizou o tombamento da igreja de São Benedito por meio da Resolução/SECE, de 07 de maio de 1998.

⁵ O projeto de Lei nº 9.333/19 instituiu no calendário oficial do município de Campo Grande a festa de São Benedito, comemorada anualmente na segunda semana do mês de maio, com duração de dez dias consecutivos.

⁶ A comunidade foi reconhecida e certificada pela FCP como remanescente de quilombo no ano de 2008, abrindo a possibilidade para o acesso a políticas públicas de reparação para os descendentes de tia Eva.

⁷ É um nome de propriedade, pessoa ou organização. É constituído de uma sequência alfabética ou alfanumérica seguida de um sufixo indicando o domínio de alto nível (.com, .net, .com.br, entre outros). Os domínios são usados como endereços de *websites* na internet, servindo de ponto entre usuários e o servidor com os dados e informações armazenadas (MORAIS; LIMA; FRANCO, 2012).

⁸ Por conta do apoio obtido com a CMCG, foi possível viabilizar o registro e a hospedagem do *website* até dezembro de 2026.

⁹ Endereço IP significa “endereço do Protocolo de Internet”. O Protocolo de Internet é um conjunto de regras para comunicação pela internet para envio de e-mail, streaming de vídeo ou conexão a um site (Ibid).

¹⁰ O DNS, do inglês Domain Name System (Sistema de Nomes de Domínios), funciona como um sistema de tradução de endereços IP para nomes de domínios. Basicamente é uma ferramenta que relaciona o nome de domínio ao endereço do servidor em que o site está hospedado (Ibid).

¹¹ A criptografia se define como a utilização de códigos para manter as informações seguras e sigilosas na internet.

¹² A plataforma de base selecionada para abrigar conteúdos, mídias e informações e que se encaixou nos critérios apresentados anteriormente foi a *WordPress*. Este programa se mostrou versátil e confiável, de fácil manipulação e com código aberto, permitindo alterações nos modelos de *layouts* disponíveis no sistema.

¹³ *Interface* significa comunicação. Dessa forma, seu objetivo é realizar uma conexão entre dois elementos que, diretamente, não poderiam se conectar. Por exemplo, quando utilizamos um computador, estamos diante de uma *interface* que interage entre o sistema operacional e os comandos realizados pelo usuário.

¹⁴ O *hiperlink* ou hiper ligação é um elemento contido em uma página da *web* que faz a referência a outro texto, outra página ou outra seção. O *hiperlink* se apresenta como elemento clicável, que faz a ligação de um lugar a outro.

¹⁵ *Quiz* é o nome de um jogo de questionários, que tem como objetivo fazer uma avaliação dos conhecimentos sobre um determinado assunto. O *quiz* sobre a Comunidade Quilombola Tia Eva será virtual, estando alocado em uma das seções da página sobre a comunidade.

¹⁶ Instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.

¹⁷ Regulamentou o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes de quilombos.

¹⁸ As figuras foram produzidas com base na técnica de pintura aquarela pela artista plástica Marina Zeni Rizzi.

¹⁹ É um componente que pode ser utilizado em computadores, celulares e outros aparelhos eletrônicos para simplificar o acesso a um outro programa, aplicativo ou sistema. Eles geralmente contêm janelas, botões, menus entre outras funcionalidades (MORAIS; LIMA; FRANCO, 2012).

